



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE CAMPO FORMOSO CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO

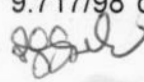
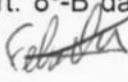
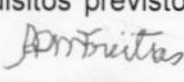
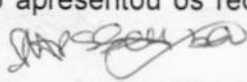
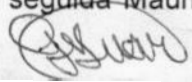
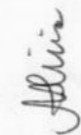
Rua Travessa Hipólito Ribeiro, s/n - Centro - CEP. 44.790-000 - Tel.: (74) 3645-3254
E-mail - iprevidencia.cf@gmail.com - CNPJ Nº 05.311.000/0001-26

Ata de reunião do Conselho de Administração do Instituto de Previdência de Campo Formoso.

Aos oito de abril de 2026, reuniram-se extraordinariamente, na sede administrativa do IPCF - Instituto de Previdência de Campo Formoso localizado na Travessa Hipólito Ribeiro, S/N, Térreo - Centro, nesta cidade de Campo Formoso, às nove horas, os membros dos Conselhos de Administração do IPCF, a saber titulares: Gilmara Nunes Duarte, Amilton Sergio da Silva Fernandes e Felipe de Oliveira Guimarães e Amélia Custódio de Molgado Freitas. Conselheiras Suplentes: Maria Aparecida Santos de Souza, Josedy dos Santos Silva e Odivânia Lima de Oliveira. Diretores presentes: Diretor Financeiro Mauricio B. Melo e a Diretora Presidente Marilândia Alecrim Souza Vieira. A presidente Gilmara Nunes Duarte após a saudação solicitou do secretário a verificação do quórum, o mesmo informou que para a primeira chamada há quórum para a instalação da reunião, sendo assim Gilmara passou a ler os itens da pauta a saber: **1.** Apresentação do resultado do Cálculo Atuarial; **2.** Certificação 2026 – Gestores, Conselheiros e membros do Comitê de Investimentos; **3.** 59º Congresso Nacional da ABIPEM de 10 a 12 de junho de 2026, em Natal/RN Gilmara disse que não irá ao congresso e disponibilizou sua vaga para sorteio e lembrou aos conselheiros que os critérios para as participações nos congressos da ABIPEM já foram votados pro esse Conselho em deliberações anteriores; **4.** Código de Ética. Gilmara solicitou ao conselho a inversão da pauta e o conselho concordou, em seguida passou a palavra ao Diretor presidente para os itens 2 e 3 da pauta, Mauricio iniciou que iniciou sua fala desejando um bom dia a todos, e passou a discorrer sobre as certificações conselheiros, gestores e membros do Comitê de Investimentos do Instituto, Mauricio disse que nós estamos na luta já faz um tempinho sobre essa questão e passou lembrar algumas ações que já foram feitas pra podermos dá o ponta pé inicial agora em 2026, lembrando que não é um assunto novo, o Instituto não pode se dar ao luxo de trabalhar com pessoas leigas digamos assim, então é preciso certificar. A primeira ação do Instituto para a realização da certificação foram os preparatórios que fizemos com a Lema na Cidade de Filadelfia, quando falamos de eventos e treinamentos existe custos não existe nada de graça, a Lema para ministrar esse curso cobrou pelas inscrições sete mil cento e vinte e cinco reais e setenta e dois centavos (R\$ 7.125,72), o pagamento de diárias para os participantes a soma deu quatro mil setecentos e noventa (R\$ 4.790,00), tivemos outro momento mais recente e mais elaborado também ministrado por a Lema que foi no ano passado que foi o que vocês participaram em Salvador, nesse evento envolveu um custo maior aí vocês me perguntam Mauricio que disparidade é essa visto que nesse evento também teve a participação de outros RPPS's? Quando a gente vem aqui no objeto

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like Amilton, Gilmara, and others.]

dessa contratação de vinte e sete mil quinhentos e oitenta e três (R\$ 27.583,00) observamos que aqui está incluído as inscrições, foi incluído a prova do Instituto TOTUM, hospedagem e tivemos o valor do transporte de cinco mil reais (5.000,00) esse foi o pacote com os valores para esse evento. Os outros valores e as listas dos participantes seguirá em anexo à ata. Ao final das capacitações e realizações das provas em 2026 tivemos os seguintes resultados: três diretores certificados, quatro membros de Conselho Fiscal certificados, quatro membros do Conselho Administrativo certificados e dois membros do Comitê de Investimento certificados. Comparando a lista de participantes nas capacitações com a lista dos que realizaram a prova detectamos que muitos não fizeram a prova e tivemos alguns que foram reprovados é clara mais os outros não deram importância nem fizeram a inscrição por conta própria nem procuraram a mim pra fazer a inscrição simplesmente perderam o voucher e outros fizeram a inscrição e não tiveram o cuidado de fazer a prova e acabaram perdendo o prazo para realizar a mesma eu acho isso um descaso disse Mauricio, um conselheiro não fez a prova por motivo de saúde isso é justificável. Mauricio disse que para 2026 deve haver critérios para quem for fazer capacitações e as prova, alguns dos exemplos é ler o edital para ter conhecimento da legislação de uma prova de certificação e estudar os módulos com mais atenção para ter confiança no momento da realização da prova, em seguida Mauricio pediu para o conselho discutir o assunto, Gilmara disse que o Instituto investiu na formação e alguns conselheiros não deram a importância, tem que sinalizar sim tem que falar os nomes sim e vou mandar uma notificação para os sindicatos informando que o seu membro está colocando em risco o Instituto e o município porque não teve comprometimento, Gilmara externou seus pensamento não só como presidente do Conselho mais também como membro, como cidadã e como funcionária pública sobre tudo a gente sabe que existe toda uma engrenagem para as coisas acontecerem, pra nós estarmos aqui, para o Instituto ser ativo em fim, a certificação se tornou imprescindível para o IPCF e para o Município, temos aqui na composições dos conselhos membros indicados pelos indicados, pela gestão municipal e pela câmara de vereadores e eu acho que é de responsabilidade desse Conselho esse ponto de pauta no sentido de que nós aprovamos um orçamento para uma formação dos membros, se houve falhas precisamos identificar as falhas, não houve falha do instituto porque o Instituto fez todos os tramites administrativos que eram de sua responsabilidade e o retorno não foi dado cem por cento, então se houve falha por parte dos conselheiros independentemente de questões ética ou não acho que tem que expor os conselheiros que não cumpriram com sua obrigação, para aqueles que fizeram todo o processo de formação e não buscaram fazer a prova temos que tomar medidas para não acontecer a mesma coisa agora em 2026, acredito que só um termo de compromisso não vai resolver acredito que os pares que indicaram os conselheiros para compor os conselhos precisam ser informados dessa situação, informar que foi investido um certo valor por cada membro e os mesmos não fizeram as inscrições muito menos a prova. Os conselheiros concordaram com a notificação dos órgãos que indicaram seus representantes e tomar medidas para que os recursos investidos não sejam em vão. em seguida Mauricio apresentou os requisitos previstos no art. 8º-B da Lei nº 9.717/98 conforme



parâmetros estabelecidos na Portaria MTP nº 1.467/2022 e exigidos a partir de jan/2026. Profissionais: Antecedentes Criminais Experiência Profissional Formação Superior Certificação Profissional Conforme Porte do RPPS definido no ISP RPPS de Pequeno Porte RPPS de Médio Porte Estados e RPPS de Grande Porte Dirigente Máximo da Unidade Gestora do RPPS: Certificação Básica Certificação Intermediária Certificação Avançada Demais Dirigentes (membros da diretoria): Restante da maioria dos dirigentes: Certificação Básica Restante da maioria dos dirigentes: Certificação Básica Restante da maioria dos dirigentes: Certificação Intermediária Membros Titulares do Conselho Deliberativo: Certificação Básica da maioria dos membros dos conselhos Certificação Básica da maioria dos membros dos conselhos Certificação Intermediária da maioria dos membros dos conselhos Profissionais da área de investimentos, conforme volume de recursos acumulados pelo RPPS: RPPS com até R\$10 milhões RPPS com recursos entre R\$10 e R\$500 milhões RPPS com recursos acima de R\$500 milhões Responsável pela gestão das Aplicações dos Recursos do RPPS: Certificação Básica Certificação Intermediária Certificação Avançada Membros Titulares do Comitê de Investimentos: Certificação Básica para todos os membros Certificação Intermediária para 1 membro e Básica para todos os demais Certificação Avançada para 1 membro e Intermediária para todos os demais a totalidade dos membros do Comitê de Investimentos será verificada no sistema CADPREV a partir do 1º de janeiro de 2026. A maioria dos dirigentes e dos membros dos conselhos deliberativo e fiscal será verificada no sistema CADPREV no dia 31/07/2026. A certificação básica obtida até 31/12/2025 será considerada dentro do prazo de sua validade. As certificações antigas obtidas até 31/03/2022 valem também para as funções de dirigentes, gestor de recursos, membros de conselhos deliberativo e fiscal e membros de comitê de investimentos. É necessária a certificação de dirigente e a certificação de investimentos, caso o profissional desempenhe as duas funções.

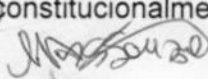
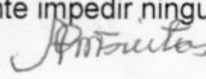
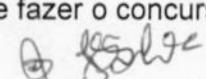
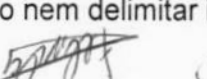
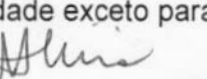
07/04/2026, 13:22 CADPREV - Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social
1/207/04/2026, 13:22 CADPREV - Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social

Caso o profissional possua certificação de dirigente ou a certificação relativa à gestão de investimentos, poderá utilizá-la para a função de membro de conselho deliberativo ou de conselho fiscal. No menu "Estrutura de Gestão" do Cadprev, cadastrar apenas os membros titulares. Em seguida Mauricio passou a informar sobre o 59º Congresso da ABIPEM que será realizado em Natal-RN e disse que já existe registrado em ata as questões das ações voltadas para as formações previdenciárias, temos três eventos destinados aos órgãos do Instituto temos o congresso de março que acontece geralmente em Florianópolis destinado ao Comitê de Investimentos o qual já aconteceu com sucesso onde agente participou, temos agora em junho o congresso destinado aos diretores do IPCF e temos em novembro ou dezembro o congresso para conselheiros de RPPS's, nós estamos no mês quatro mas vocês sabem que existe todo um tramite para a realização de contratação, licitação em fim e principalmente porque é em outro estado e envolve a questão aérea então tem que ter uma certa antecedência para que se providencie a viagem com economicidade. O congresso de Natal acontece num mês em que nossa cidade está em festa então as pessoas que irão participar

Mauricio
Mauricio

tem que ter essa consciência para não desistir no momento da viagem fazendo com que o Instituto perca os valores das inscrições e de passagem, cada inscrição é mil e trezentos reais (R\$ 1.300,00) se for associado à ABIPEM e se não for associado é mil e quatrocentos reais (R\$ 1.400,00) isso são custos, como estamos no nível de Pro-gestão e a formação continuada faz parte sendo uma das ações do programa. Dentro do conselho existe uma fala não saldável a questão de se expressar perguntando que dia vai ser o passeio dos conselheiros? Quando saímos para os congressos nós estamos indo em busca de conhecimentos para aplicarmos nas atividades que desenvolvemos aqui no Instituto. Gilmara lembrou aos conselheiros que as vagas são para a diretoria e mais duas vagas para o Conselho Administrativo sendo uma vaga fixa para o/a presidente e a outra vaga destinada a sorteio seguindo alguns critério e duas para o Conselho Fiscal sendo uma vaga fixa para o presidente também, Gilmara disse que no caso do Conselho Administrativo as duas vagas serão destinadas a sorteio porque eu não irei e um dos critérios para participar do sorteio é não faltar nas reuniões então vou colocar uma enquete no grupo para os conselheiro colocarem seus nomes para concorrerem as duas vagas. Em seguida a presidente do Conselho passou a palavra para a Diretora presidente do Instituto Marilândia que iniciou sua fala informando oficialmente que a denúncia sobre a falta de repasse foi arquivada o Ministério público concluiu que de fato o Município cumpriu o dever de casa e não tinha subsidio na denúncia então já está arquivado sem possibilidade de reabertura. Em seguida Marilândia informou que o Atuário já fez o cálculo atuarial onde a alíquota ficou em vinte e nove e meio por cento (29,5%) somando a parte patronal que é quatorze por cento (14%) com a alíquota suplementar que ficou em quinze e meio por cento (15,5%). Esse cálculo já apresentado ao prefeito. Essa alíquota traz uma situação muito delicada para o município porque ficou muito alta, e ainda vem o reajuste dos servidores onde a porcentagem que incide sobre os salários replica para o Instituto em forma de alíquota, a outra situação relacionada a isso é o índice de pessoal que trará dificuldade também para o município que só pode aplicar cinquenta e quatro por cento (54%) e a lei do FUNDEB diz que não pode gastar menos de setenta por cento com os funcionários da educação, aí quando tem um aumento significativo de recursos como teve no ano passado e está tendo esse ano e se faz essa equiparação com a realidade da lei de responsabilidade fiscal cai em desequilíbrio. A secretaria de educação terá os recursos necessários para que aconteça os repasses para o instituto já as outras secretarias não conseguirão por queda de receitas. Tivemos uma reunião semana passada na quarta-feira com o atuário junto com o prefeito e os diretores do Instituto, o atuário deu as indicações da Constituição Federal e também da nova legislação previdenciária das resoluções dessa situação disse que a legislação permite que até novembro desse ano se pague a alíquota anterior e será necessário alguns reajustes pra que reduza a alíquota, um dos reajuste é o concurso público, o concurso público resolve tudo? Achávamos que sim, mas não resolve, é passivo de não resolver porque vai depender do público aprovado no concurso, se for um público envelhecido vai piorar a situação atuarial e se for um público mais jovem aí se resolve, só que o não pode constitucionalmente impedir ninguém de fazer o concurso nem delimitar idade exceto para setenta e



cinco anos (75) e mais. A previsão do lançamento do edital do concurso é pra junho e pela projeção das datas eles devem tomar posse em janeiro de dois mil e vinte e sete (01/2027), o cálculo atuarial é feito de março para abril então os efeitos do concurso no cálculo atuarial só incidiria em dois mil e vinte e oito (2028) né isso Mauricio? Perguntou Marilândia. Mauricio disse que o cálculo de dois mil e vinte e seis foi feito pegando as informações de dois mil e vinte e cinco quando for fazer o cálculo de dois mil e vinte e sete vai pegar as informações de dois mil e vinte e seis então o resultado do concurso só incidirá em dois mil e vinte e oito porque pega as informações de dois mil e vinte e sete que será o ano da realização do concurso. Marilândia disse que a estimativa é que até dois mil e vinte e oito a alíquota aumente ainda mais, nós tomamos medias aqui urgentes chamamos alguns secretários e conversamos sobre algumas situações de aposentadorias já informamos quais são os novos preceitos legais pra tentar fechar as torneias, isso não quer dizer que o Instituto irá negar aposentar ninguém que isso fique clara, Mauricio pediu a palavra para fazer uma observação e disse que na penúltima reunião apresentou as contas e aí vocês perguntam mas se tá pagando o patronal, segurado, se os termos de parcelamentos então sendo pago a compensação previdenciária está entrando porque que esta alíquota está aumentando? O atuário disse que quando ele pagou a base cadastral do Instituto, da Câmara e da prefeitura que são vinculado ao RPPS ele observou que a folha do ente que é a parte maior que é a prefeitura diminuiu o valor de repasse, a folha do Instituto subiu ou seja aquele servidor que era contribuinte passou a ser beneficiário do Instituto as coisas se inverteram e para o cálculo atuarial e na pratica a gente vê isso aqui corriqueiramente no fechamento da folha de pagamento, então é melhor ter um servidor na ativa contribuindo no todo do que ter um beneficiário que contribui só acima do teto. Retomando a palavra Marilândia disse que chegou aqui no Instituto três casas de aposentadorias por invalidez e disseram que não queriam se aposentar por invalidez porque a redução nos proventos é drástica e pediram para que fossem readaptadas e o perito não deu essa opção e a lei diz que tem que ter a opção de readaptação e diz também que qualquer pessoa que chega aqui pra se aposentar temos que primeiro tem que propor readaptações. Gilmara disse que volta aquela velha necessidade da junta médica que a gente vem discutindo a muito tempo. Continuando Marilândia disse devolveu os casos para o município sentamos com o prefeito e com os secretários e informamos que a lei diz que primeiro se pergunta se o servidor quer se aposentar e depois se pergunta quais são funções correlatas que eles poderão exercer que não agrave mais seu problema de saúde, isso não estava sendo feito, um caso já foi resolvido e os outros dois estão em fase de resolução, isso significa muito em relação ao resultado do cálculo atuarial. As outras leis o prefeito está tomando as providências o atuário indicou quais são todos os pontos da legislação, e tudo o que o prefeito puder fazer ele fará e nós traremos o relatório para este Conselho assim que a proposta estiver pronta pra ir pra Câmara. Marilândia disse que a disponibilidade do prefeito surpreendeu porque entre as opções que tínhamos que fazer para resolver a celeuma seria acabar com o Instituto e passar todo mundo para a previdência geral, graças a Deus o prefeito não cogitou em momento nenhum fazer isso, mas se dispôs a fazer todo sacrifício necessário do

município para resolver a celeuma. Já estamos em andamento do Pró-Gestão que mais uma atitude que o município está tomando tentar resolver a situação do cálculo atuarial. Marilândia disse que tudo que o município fizer diz respeito a abatimento das parcelas de falta de repasses anteriores, mas a conta chegou, parcelamentos foram feitos o município tá pagando vai fazer sacrifício para antecipar esses parcelamentos para poder salvar este Instituto. Vai haver uma audiência pública e as categorias tem interesse que isso aqui continue precisam estar lá para acompanhar e entender a verdadeira situação. Gilmara parabenizou a diretora presidente e toda sua equipe pela responsabilidade e zelo para com este Instituto, disse que o cálculo atuarial é importante ele traz um norte de quais os caminhos que a gestão municipal e do Instituto podem adotar para resolver esse problema que se não for tomadas as devidas providencias isso aqui quebra. Eu repito o que Marilândia disse, a conta chegou, no sentido de anos de negligencia da gestão do Instituto de ser omissos a falta de repasse do patronal a gente pode colocar ai em torno de oito anos que esse instituto ficou sem esse repasse sobrevivendo apenas do repasse do servidor e tendo que fazer resgate nas contas de investimentos para complementar a folha de pagamento. Amélia disse que não será apenas os servidores que serão prejudicados caso o Instituto seja fechado o município também será pois terá que receber e colocar em sua folha os valores benefícios dos aposentados e pensionistas, foram anos de falta de repasses da prefeitura para esse Instituto, não foi dos últimos quatro anos pra cá não, essa gestão tem feito reparos para que isso aqui não vá a falência. Gilmara disse que em relação ao Código de Ética seria só apenas a apresentação das correções solicitadas pelo conselho e a assinatura pelos conselheiros. Nada a mais havendo a tratar declarou-se encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata, que depois de lida e votada, será assinada por mim Amilton Sergio da Silva Fernandes, que secretariei a reunião e por todos os presentes.

Gilmara Nunes Duarte

Amilton Sergio de Silva Fernandes

Maurício Batista de Melo

Maria Aparecida Santos de Souza

Amélia Custódio de Nogueira Freitas

Felipe Almeida Guimarães

Marilândia Alecin dos Santos Vieira

Rosely dos Santos Silva

Adriana Lima de Oliveira